

2 PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO PROCESSO ELETRÔNICO

Paulo Henrique Tavares da Silva
Juiz Titular da 2ª. Vara do Trabalho de João Pessoa
Mestre em Direito pela UFPB
Professor do Unipê
e-mail: phsilva@trt13.jus.br
Blog: www.relacoestrabalhistas.blogspot.com

1 A LIBERTAÇÃO

Antes mesmo de enfrentarmos o tema central de nossa exposição, é preciso fixar uma premissa essencial: *o processo eletrônico é incompatível com os modelos traçados para o processo convencional*. Os institutos prevalecentes para o suporte em papel são inservíveis ao novo sistema, nele não se encaixam por uma razão simples, decorrente do fato de que o surgimento da virtualização procedimental é um reflexo da própria virtualização dos relacionamentos interpessoais, tudo isso consequência das transformações havidas na sociedade dita pós-industrial. Esse fenômeno foi apercebido por Krishan Kumar (1997, p.22), ao afirmar que:

O aumento do conhecimento é qualitativo e não apenas quantitativo. Os meios de comunicação transmitiam mensagens padronizadas a platéias uniformes de massa. Os novos meios de comunicação permitem não só a ‘irradiação’ mas também a ‘concentração’. Ligados ao computador, ao cabo e ao satélite, permite segmentação e divisão de transmissores e receptores em unidades, separadas e descontínuas. A informação pode ser processada, selecionada e recuperada para satisfazer as necessidades mais especializadas e individualizadas.

Assim, não podemos concordar com as assertivas que rotulo de *tranquilizadoras*, do tipo daquela propugnada por Mendonça (2008, p.122), que simplesmente limita o impacto das transformações advindas com a informatização judicial ao desaparecimento do papel, insistindo que “não serão os atos processuais que darão lugar aos meios eletrônicos. A petição continuará a ser a boa e velha petição. O que será alterado é a maneira por meio da qual as manifestações das partes chegarão ao juiz, assim como a forma pela qual elas serão comunicadas da movimentação do processo. E tudo o mais permanecerá exatamente da mesma forma”.

Só podemos creditar esse pensamento de natureza conformista a um fenômeno recentemente estudado pela antropologia e psicologia denominado *cultural gap* (defasagem

cultural). A esse respeito, explica Domenico De Mais (2000, p.64).:

A defasagem cultural é um mecanismo espontâneo de defesa nos confrontos com as mudanças, que atua com força tanto maior quanto mais medrosa for a natureza de cada um, quanto mais conservadora a sua formação, quanto mais rígidas as regras organização e mais rápidas e profundas as mudanças. Os efeitos negativos do *cultural gap* são de vários gêneros: dificuldade em historiar os eventos do passado; tendência a interpretar o presente com as categorias acumuladas em fases anteriores, acabando por perder o seu sentido; medo do futuro; posicionamento crítico, pessimista, fatalista e reacionário sobre o progresso no trabalho e na vida.

Não há dúvidas que o meio jurídico é um dos mais conservadores que existe. Faz parte da nossa essência temer por mudanças bruscas, tanto é assim que um dos valores mais alcandorados é o da *segurança jurídica*. Justamente por isso é que proclamamos a necessidade de uma *libertação criativa* acerca do processo eletrônico. Trata-se de uma atitude a ser cultivada por advogados, procuradores e, principalmente, magistrados. O esforço a ser feito, nesse momento germinal, relaciona-se à subsunção dos princípios constitucionais fundantes do processo ao novel sistema, despreocupando-se o estudioso com a acomodação simétrica das regras processuais ordinárias no ambiente virtual.

Essa luta entre o passado e o futuro é por demais intensa quando se fala da atividade probatória desenvolvida no processo, a ponto de identificarmos o aparecimento de uma nova categoria probatória, haurida exclusivamente no ambiente virtual, de fundamental importância ao descobrimento da verdade, que adiante será detalhada: as *provas eletrônicas*.

2 UMA NOVA PERSPECTIVA

O processo dito convencional finca-se em dois pilares: espaço e tempo. Ambos foram corroídos com a democratização da informação pela via eletrônica.

Basta uma rápida passagem no Código Processo Civil para observarmos a quantidade expressiva (obsessiva, mesma) de normas reguladoras de prazos processuais, atos procedimentais (quanto à forma e oportunidade) e disciplinadoras da jurisdição, que se encontra compartimentalizada por competência territorial.

Nada disso se sustenta no processo eletrônico.

Chega-se mesmo a proclamar a existência de um novo princípio exclusivo do processo eletrônico, alusivo à *desterritorialização*, ousadamente conceituado por Cláudio Mascaranhas Brandão (2009, p. 705), afirmando que o novo sistema “tornará inteiramente desnecessárias as

cartas de ordem e precatórias, pois a comunicação entre juízos se fará pela simples habilitação do magistrado para atuar no feito, com a disponibilização do link do respectivo processo para fazê-lo, pelo menos para atos que dependam de atuação direta do magistrado (ouvir testemunha, por exemplo)”.

Entretanto, a mudança mais radical diz respeito ao tempo.

Não se trata aqui do desaparecimento do papel no processo (com todos os reflexos ecológicos decerto bem-vindos). O processo eletrônico inaugura uma nova perspectiva, a partir do próprio conceito de *autos*. Autos, na lição de Moacyr Amaral Santos, “são o conjunto dos atos e termos do processo” (1985, p. 296), sua guarda é da responsabilidade do Diretor da Secretaria e, como forma de garantia, ainda prescreve a lei a formação de autos suplementares, quando necessária (CPC, art. 159). Pois bem, os autos trafegam de setor em setor dentro do cartório, entre as partes e o Ministério Público, vão e vem para e entre os Tribunais, i.e., a vida das partes, revelada no processo, está ali enclausurada e a marcha que dá nome ao instituto, *processus* (marcha para frente), relaciona-se com essa passagem de mão em mão dos autos. Com efeito, como tudo está ali cristalizado, é mais do que justo se afirmar que “quod non est in actis, non est in mundo” (o que não está nos autos não está no mundo). Daí, tem-se que o acesso às informações constantes dos autos é restrito, sendo a inserção de qualquer novo documento um procedimento complexo, que envolve a participação do interessado, serventuários da justiça (lembrar das tradicionais “juntadas”, “assentadas” e “numeração de folhas”, acompanhadas dos termos de conclusão) e do magistrado. Formam os autos como que um caleidoscópio, brinquedo infantil que, embora fechado, oferece a ilusão de ótica das mais variadas formas geométricas coloridas a quem olhar por um restrito orifício situado numa das suas extremidades.

No processo eletrônico a concepção é outra.

Em primeiro lugar, somente utilizamos o termo “autos eletrônicos” por um apego à tradição (*cultural gap*), buscando minimizar os efeitos das novas circunstâncias criadas. Temos em verdade um arquivo digital compartilhado, residente num servidor (*mainframe*) pertencente a um órgão público, cujo acesso é controlado, destinado seu uso às partes, serventuários e juízes, bem como possibilitando a informação aos terceiros que freqüentem aquele *site*. Nesse arquivo digital podem aqueles usuários habilitados “postar” documentos, de forma imediata e sem intermediação, podendo a parte contrária, se vigilante, igualmente de imediato, postar suas contrarrazões. A velocidade é tanta que muitas vezes somos surpreendidos nos processos virtuais do TRT da Paraíba, quando a parte apresenta um pleito num momento; pouco tempo depois, o adversário manifesta-se contrariamente e o magistrado, de plano, resolve o incidente, além do que, se este desejar, já manda intimar às partes pelo Diário da Justiça Eletrônico. Tudo num intervalo de tempo não imaginável no

processo convencional. Conclui-se, pois, que a informação contida neste sistema é aberta. O arquivo digital que contém o processo é mais um arquivo integrante da rede mundial de computadores, passível de *interoperabilidade*¹. Esse compartilhamento de informações é a razão de ser da internet. Querer encarar o processo eletrônico como simples repositório de peças em formato *.pdf(portable document format)* é o mesmo que contemplar um computador de última geração e achar que ele é apenas uma máquina de escrever mais sofisticada.

No processo convencional a dependência dos autos era plena. Toda atenção era voltada para aquele calhamaço, cuja guarda era transferida mediante termos de protocolo, haja vista o temor de extravio, sinistro gravíssimo a ponto de paralisar a marcha procedimental por anos, na tormentosa *via crucis* da restauração de autos. Já no processo eletrônico a concepção é outra. Todos os partícipes da relação processual (diretos e indiretos), orbitam em tempo real aquele arquivo digital, sem as limitações de tempo e espaço, o processo entra, tardiamente, diga-se, nos serviços de fluxo contínuo (24 horas, sete dias por semana), anunciados por Toffler & Toffler como uma nova realidade², cujas consequências são inúmeras, mas vamos centrar nossas atenções na coleta das provas e, em particular, no papel desempenhado pelo magistrado nesse mister.

3 PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ

Antes mesmo de tratarmos da nova conjuntura decorrente da virtualização procedimental, desponta a questão dos limites da atuação jurisdicional no tocante à produção das provas.

Prescreve o Código de Processo Civil, em seu art. 130, que “*caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.*”

Tem-se aqui uma velha disputa quanto ao papel do juiz nesse momento crucial do *iter procedimental*, que poderia ser resumida na seguinte indagação: até que ponto o juiz está autorizado a coligir novos elementos probantes aos autos, com a finalidade de atingir à verdade real?

Diz Arruda Alvim(1996, p.413) que não:

Se, de um lado, pode o juiz, lícitamente, adentrar a atividade probatória, tendo em vista a

1 Interoperabilidade é a capacidade de dois ou mais sistemas (computadores, meios de comunicação, redes, software e outros componentes de tecnologia da informação) de interagir e de intercambiar dados de acordo com um método definido, de forma a obter os resultados esperados.(conceito disponível em <<http://www.softwarepublico.gov.br/5cqualibr/xowiki/Interoperabilidade-Tecnica>>, acesso em 15 nov 2009.

2 “Essas mudanças relacionadas entre si – aceleração, distribuição irregular e fluxo contínuo – têm transformado o cenário do tempo que se descortina entre nós. Porém, essas mudanças são apenas parte de um quadro muito maior, que se revela aos nossos olhos à medida que trocamos o tempo da era industrial pelo tempo do século 21. Trata-se da nova realidade do tempo.” (2007, p.90-91)

necessidade da prova para a formação de sua convicção, deverá sempre fazê-lo subsidiariamente, não suprimindo omissões da parte inerte. É justamente, neste passo, que deverá aplicar as regras respeitantes ao ônus da prova...*Somente diante da inexistência de prova é que deverá interferir na esfera probatória. O ônus da prova, pois, é o caminho normal para a solução das lides.*

Já Eduardo Cambi (2006, p. 21), em sentido contrário, aduz:

O juiz não tem direito à prova, o que não significa que não possa participar ativamente da atividade probatória, uma vez que o ordenamento processual lhe confere poderes probatórios. Sendo conveniente a produção da prova, o magistrado pode dar início à atividade probatória, sem a necessidade de uma proposição anterior. Isso porque o juiz é o destinatário da prova, sendo-lhe legalmente permitido buscar elementos cognitivos que tenham a função de auxiliar a formação de sua convicção (arts. 130-1). O juiz, destarte, não precisa pedir, bastando-lhe fazer. No entanto, o magistrado não tem o dever de mandar produzir a prova, porque sua atividade probatória é complementar, ao contrário das partes que sempre têm ônus probatórios, os quais consistem na necessidade de realizar uma determinada ação, seja para evitar certo efeito danoso, seja para obter um resultado útil.

Mas não poderíamos deixar de citar o abalizado parecer de Cândido Rangel Dinamarco (2001, p.133-134), que há muito proclamava:

Outro dever do juiz moderno é o de ter *iniciativas probatórias* em certos casos. A visão tradicionalista do processo, com exagerado apego àquela idéia de um jogo em que cada um esgrima com as armas que tiver, levava à crença de que o juiz, ao tomar alguma iniciativa de prova, arriscar-se-ia temerariamente a perder a *imparcialidade* para julgar depois. Tal era o fundamento do *princípio dispositivo*, naquela visão clássica segundo a qual só as partes provariam e o juiz permaneceria sempre *au-dessus de la mêlée*, simplesmente recebendo as provas que elas trouxessem, para a final examiná-las e valorá-las. A vocação solidarista do Estado moderno, no entanto, que não permanece naquele *laissez faire, laissez passer* da filosofia liberal, exige que o juiz seja um personagem participativo e responsável, não mero figurante de uma comédia. Afinal, o processo é hoje encarado como um instrumento público que não pode ser regido exclusivamente pelos interesses, condutas e omissões dos litigantes – ele é uma instituição do Estado, não um negócio em família (Liebman).”

Essa perspectiva pública do processo é justamente aquilo que hoje mais importa. A prestação jurisdicional é fruto de uma atividade pública especialíssima, prestada por agentes investidos de um dos poderes que funda a República: a jurisdição. Não se concebe que essa atividade estatal seja conduzida por escopos inferiores e pretensões das partes que, transversamente, busquem fraudar o ordenamento jurídico ou causar profundas injustiças para com terceiros. Portanto, em qualquer procedimento, a busca pela chamada verdade real é um imperativo ao juiz moderno.

Vale destacar que no processo trabalhista este inconformismo com a simples atividade probatória das partes encontra-se estampado no art. 765 da CLT, que diz: “Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, **podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas**” (grifo nosso).

É óbvio que essa atividade probatória exercida pelo juiz encontra limites nos princípios

constitucionais respectivos, especialmente o do contraditório. Neste ponto, esclarece Francisco Gérson Marques de Lima (2002, p. 192-193):

A aplicação do princípio constitucional do contraditório, em matéria de prova, implica que esta só terá validade se produzida diante de quem suportará seus efeitos, com a possibilidade de contrariá-la por todos os meios admissíveis. Destarte, as provas colhidas fora do processo, sem contraditório, embora perante autoridade pública (exemplo: no inquérito policial, no inquérito civil público ou outros procedimentos investigativos), só terão validade plena quando submetidas ao contraditório, frente ao juiz.

Assim, fixados os limites modernos do princípio da disposição dentro da teoria das provas, podemos seguir nossa breve análise quanto às provas eletrônicas.

4 ADMISSÃO DAS PROVAS ELETRÔNICAS NO PROCESSO

A *prova eletrônica* representa um conceito novo, ainda carente de precisão terminológica, isso mesmo em decorrência da velocidade com que a informática vem desenvolvendo meios para apreender à realidade com maior clareza. Mas uma coisa é certa: trata-se de gênero inteiramente novo no catálogo probatório legal.

Isto porque a prova eletrônica pode ser mais que um simples documento, podendo constituir-se num arquivo digital de imagem e som (e decerto outras percepções que serão agregadas com o desenvolvimento tecnológico, tais como odores e visão tridimensional).

Cautelosamente, o Código Civil de 2002, em seu art. 225, já faz tal distinção, ao aduzir que *“as reproduções fotográficas, cinematográficas, os registros fonográficos e, em geral, quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena destes, se a parte, contra quem forem exibidos, não lhes impugnar a exatidão”* (grifamos).

No processo eletrônico, tais elementos podem aparecer na forma de arquivos digitais anexados (hoje apenas em formato documental, mas em breve com áudio e vídeo), bem como simplesmente serem referidas pelas partes. A propósito, as enfadonhas citações jurisprudenciais são substituídas por menção ao site onde podem ser encontradas, o mesmo ocorrendo com as cópias de decisões de outros juízos, que tanto engordavam os processos convencionais e faziam a alegria dos donos de fotocopadoras.

A noção de prova emprestada é radicalmente modificada. Um depoimento prestado num juízo pode ser facilmente apropriado pelo outro, no momento da audiência, podendo ser utilizado em interrogatórios simplesmente complementares ou mesmo dispensados, abreviando-se o procedimento em relação à sua duração.

Essa mesma colheita dos depoimentos das partes e testemunhas sofrerá também forte impacto, a partir do momento em que se fará a captura real daquilo que foi dito pelo depoente, em voz e imagem, sendo objeto de apreciação dos julgadores não apenas o dito, como seu gestual e demais reações psíquicas. Abre-se mesmo a possibilidade da utilização, num futuro próximo, de detectores eletrônicos que possam aferir se o depoente está dizendo ou não a verdade. Acresça-se, ainda, o desaparecimento dos depoimentos colhidos através de cartas precatórias inquiritórias, ante a vídeo-conferência, cada vez mais modernizada, que possibilitará a oitiva das pessoas à distância e em tempo real na audiência realizada no juízo competente.

A prova pericial igualmente se altera, uma vez que passa a ser registrada também em vídeo e áudio, podendo-se aferir como o exame foi feito e como os achados mais importantes foram adquiridos no exame.

É importante aqui frisar que não estamos exercendo um exercício delirante de futurologia. Tudo isso é bem real e brevemente estará disponível.

Mas há que se ressaltar, ainda, as incontáveis possibilidades probatórias advindas com as provas pré-constituídas ou não-intencionalmente deixadas pelas partes no ambiente da internet.

Já dispomos de um repositório imenso de informações acerca das pessoas, representando por aquilo que elas deixam como postagens nos sites e blogs, bem como, e aí decerto com maior profusão, nas chamadas *redes sociais*, destacando-se o *Orkut*, *Facebook*, *MySpace*, *Twitter*, *Flickr*, *You Tube*, dentre tantas outras. Ali, vê-se descortinar a intimidade dos indivíduos, suas preferências, companhias, juízos de valor, participação em eventos, opiniões, lugares visitados, aquilo que possui, o que deseja adquirir, dentre tantas outras possibilidades. Tudo isso pode ser utilizado a favor ou contra um litigante num processo judicial.

Se a informação é democratizada, o risco de sua degeneração é maior, com a criação de perfis na internet falsos (*fake profiles*). Portanto, o ingresso dessas informações no *ambiente* de um processo judicial (sim, creio talvez o mais correto hoje seja denominar o feito de “ambiente”, ao invés de autos, dada essa acessibilidade nunca vista) deve ser precedido do exercício do contraditório pleno, oportunizando a parte contrária contrapor-se ao novo elemento com aquilo que dispuser.

A admissão nos autos eletrônicos desses novos componentes probatórios merece estudo *a latere*, bem mais aprofundado, por envolver diversas questões jurídicas e éticas que escapam aos limites estritos deste ensaio.

Mas há ainda outro meio de prova, decorrente da virtualização processual, que merece nossa atenção, no item a seguir.

5 OS MEIOS ELETRÔNICOS DE CERTIFICAÇÃO

Como integrante do gênero provas eletrônicas, temos os aqui denominados *meios eletrônicos de certificação*. Caracterizam-se por estar disponíveis ao juiz no curso da instrução e, mais precisamente, durante as audiências, como forma de validar ou não as alegações das partes e testemunhas.

A lei 11.419/06, em seu art. 15, estabeleceu como obrigação das partes a informação de seus números no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Isso abre possibilidades inclusive para reescrever a tradicional teoria das condições da ação, no que tange à legitimidade “ad causam”, que poderá ser aferida, dependendo das circunstâncias, pelo simples acesso aos *bancos de dados* públicos e privados.

De logo, o primeiro acesso a um banco de dados diz respeito às informações constantes dos arquivos judiciais.

A princípio, tais arquivos são setorizados, a exemplo da distribuição da competência material definida na legislação. Entretanto, paulatinamente, haverá a consolidação de tais informações. O Conselho Nacional de Justiça já caminha nesse sentido, com a unificação das categorias procedimentais. Por enquanto, já é possível esquadrihar a existência de ações conexas, continentes ou idênticas, perante o mesmo segmento do Judiciário, como manda o art. 14, par. único, da Lei do Processo Eletrônico. Num futuro próximo, o acesso ao cadastro único daquela parte dará a possibilidade ao juiz de examinar o “perfil” daquele jurisdicionado como usuário do sistema, com suas ações ajuizadas, civis, criminais ou trabalhistas, findas ou em tramitação, individuais ou em litisconsórcio, na íntegra, possibilitando uma visão nunca antes permitida.

O juiz já pode ter acesso à existência de veículos registrados em nome da parte (RENAJUD), aos saldos nas suas contas bancárias (BACENJUD), a composição societária de uma determinada empresa (SIARCO), as declarações de imposto de renda e informações cadastrais do demandante como contribuinte (INFOJUD) e mesmo às informações disponíveis no banco de dados dos organismos de segurança pública (INFOSEG).

Caminhamos para o acesso ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), extratos do FGTS e aos registros de imóveis. É só o começo. O permissivo contido no art. 13 da lei 11.419/06 é por demais amplo:

Art. 13. O magistrado poderá determinar que sejam realizados por meio eletrônico a exibição e o envio de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

§ 1º. Consideram-se cadastros públicos, para os efeitos deste artigo, **dentre outros existentes ou que venham a ser criados, ainda que mantidos por concessionárias de serviço de público ou empresas privadas, os que contenham informações**

indispensáveis ao exercício da função judicante.

§ 2º. O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferencialmente o de menor custo, considerada sua eficiência.” (grifamos)

Imagine o magistrado com acesso às faturas de cartão de crédito da parte ou testemunha, *on line*. Nessa mesma facilidade, podendo esmiuçar as contas de água, luz e, especialmente, telefone, quando se discute, p.ex., se o indivíduo esteve ou não num determinado lugar, no momento em que se deu um fato importante para a instrução processual. Também é possível determinar o magistrado a abertura dos registros de rastreamento de veículos, uma vez que a presença dos rastreadores via satélite em veículos automotores em breve será obrigatória.

O que dizer da importância de ter-se o acesso aos e-mails enviados e recebidos por alguém, ver a aquilo que está arquivado num disco virtual na internet, as fotos que estão guardadas (muitas vezes com registro de dia, hora e lugar em que foram batidas) num arquivo virtual privado (*Picasa*, do Google, por exemplo).

O juiz, a exemplo de qualquer internauta, dispõe de serviços como *Google Earth* ou *Google Maps*, que fornecem uma visão panorâmica de vários endereços já fotografados via satélite, instrumentos de grande utilidade quando se discute numa audiência se a testemunha residia próxima à parte ou de sua residência era possível visualizar o trabalho do ex-empregado. O que dizer de lidar com tais instrumentos numa ação em que se discutem horas de percurso no trabalho campesino ou urbano³.

Convém lembrar que os prontuários médicos e mesmo o registro da utilização de um plano saúde já compõem bancos de dados particulares, que igualmente estão sujeitos à exibição através do comando legal acima citado.

Tudo isso, que mais parece um cenário concebido por George Orwell, representa um verdadeiro arsenal à disposição do magistrado, que pode ser acionado de forma pública, ou simplesmente do recesso de seu lar, na busca de constatar se os fatos afirmados por alguém encontram suporte em seus registros eletrônicos, ou não.

Como já dissemos no início deste ensaio, o processo virtual é algo novo, tão revolucionário quanto os novos tempos que se avizinham, onde as noções de território, tempo e individualidade, tendem a ser radicalmente reformuladas. Não seria diferente nesta quadra, quando enfrentamos o tormentoso problema das provas.

Os princípios constitucionais que norteiam a teoria geral probatória carecem de adequação

3 Também já está em franca implantação no Brasil, pelo Google, de um sistema de localização em tempo real de telefones celulares, rastreando-os através da triangulação das antenas do serviço de telefonia móvel, denominado *Latitude*, cujo conteúdo poderia ser aberto por decisão judicial, ou acessado em tempo real, confirmando a presença ou não daquele usuário no dia e hora num determinado lugar.

para o processo eletrônico. No momento, há uma clara limitação à atividade judicial, consistente ao uso dos meios eletrônicos de certificação em caráter supletivo, ao *thema probandum*, pois tais informações reservadas somente podem ser consultadas na condição de *indispensáveis ao exercício da função judicante* (como adverte a parte final do § 1º. do art. 13, acima citado). A ultrapassagem dessa fronteira descamba para o arbítrio e merece ser duramente coibida, por representar invasão indevida do Estado na intimidade do cidadão. Trata-se de poder a ser exercido com extrema responsabilidade mas que, indubitavelmente, representa uma revolução na busca da verdade real no processo.

Noutro lado, cada vez mais desponta a função dialógica do procedimento, até como forma de legitimação dos atos processuais, inclusive os emanados pelo juiz, conforme síntese feliz de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira:

Tudo isso implica, no essencial, a idéia de recíproco condicionamento e controle da atividade das partes e da atividade do órgão judicial, a apontar à dupla função assumida pelo contraditório: por um lado, garantir a igualdade entre as partes; por outro, satisfazer o interesse público na descoberta da verdade e realização da justiça. Assim concebido, não se pode deixar de reconhecer também no contraditório um poderoso fator de contenção do arbítrio do juiz. Interessante é que o órgão judicial, ao mesmo tempo, garante com sua atividade a participação efetiva e, em tese, igualitária das partes! (2009, p.132-133).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo eletrônico vive seu momento de aurora.

Contudo, diferente da imprevisibilidade do tempo, depende de nós se teremos um dia de sol ou um cinzento temporal. O que não se pode fazer é ignorar essa nova realidade já implantada, que salta aos olhos noutras regiões do conhecimento, mas que ainda é cambiante no processo judicial.

É preciso uma mudança de atitude por parte dos operadores do direito, almejando fazer o bom uso de todas as ferramentas que a pós-modernidade nos oferece, principalmente aquelas que nos levam a resoluções de conflitos de forma rápida e econômica, aproximando-se cada vez mais da verdade, sem perder de vista os direitos fundamentais. E não há qualquer paradoxo nisso. A harmonia é possível.

Mas, o primeiro passo, é despir-se das categorias científicas postas até então para o processo. É simples, basta seguir a lição de Fernando Pessoa:

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o

tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. 5ed. v2. São Paulo: RT, 1996.

BRANDÃO, Cláudio Mascaranhas. Processo eletrônico na Justiça do Trabalho. In: CHAVES, Luciano Athayde (org.). **Curso de Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.

CAMBI, Eduardo. **A prova civil**: admissibilidade e relevância. São Paulo: RT, 2006.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 5ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. 4ed. v1. São Paulo: Malheiros, 2001.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Fundamentos constitucionais do processo** (sob a perspectiva dos direitos e garantias fundamentais). São Paulo: Malheiros, 2002.

MENDONÇA, Henrique Guelber de. A informatização do processo judicial sem traumas. **RePro** 166. São Paulo: RT, dez. 2008.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do formalismo no processo civil**: proposta de formalismo-valorativo. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 11ed. v2. São Paulo: Saraiva, 1987.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER Heidi. **Riqueza revolucionária**: o significado da riqueza no futuro. São Paulo: Futura, 2007.